

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT20.033

O DIREITO À EDUCAÇÃO EM MEIO AO NEOLIBERALISMO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Érica Oliveira de Castro Farias¹

RESUMO

O presente estudo traz um panorama dos efeitos do neoliberalismo na política pública de educação, especialmente no tocante ao acesso, permanência e êxito na educação profissional e tecnológica. Foi desenvolvido com o objetivo de analisar os avanços e retrocessos à educação em meio à expansão do neoliberalismo, tendo em vista que o desmonte das políticas públicas foi e ainda é recorrente e se transveste em discursos de inclusão, sem incluir, de acesso, que se mostra insuficiente, e de permanência, com poucos recursos orçamentários que garantam, de fato, a manutenção dos alunos no ambiente acadêmico. Para tanto, foi necessário elaborar um resgate histórico da política de educação no país, seguido da identificação dos avanços e retrocessos ocorridos desde a concepção de educação como um direito fundamental, e por último, foram analisados de que forma o avanço do neoliberalismo influencia nesse cenário. Trata-se de uma pesquisa qualitativa onde os dados foram obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e interpretados à luz da análise de conteúdo. Diante disso, verificou-se que apesar de ser um direito constitucional, a educação ainda não atinge todos os cantos do país, e que o avanço neoliberal tem fomentado a iniciativa privada e contribuído com o sucateamento das Instituições Públicas de Ensino. Na educação profissional e tecnológica federal há incontestável expansão dos Institutos Federais. Porém, ela vem acompanhada da ausência de investimentos massivos de manutenção e de novos concursos públicos para atender a demanda por profissionais para esses espaços, contribuindo para a precarização do ensino. Dessa forma, conclui-se que apesar da educação ser um direito previsto na Constituição Federal, ainda não chega com qualidade aos locais mais longínquos, e que apesar da criação e expansão dos Institutos Federais para os municípios

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo PROFEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Manaus-Centro, ericafarias88@yahoo.com.br

interioranos, há a necessidade de outras políticas públicas que promovam a permanência e o êxito estudantil.

Palavras-chave: Educação, Neoliberalismo, Educação Profissional e Tecnológica.

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil sempre foi uma temática que despertou acaloradas discussões por parte da sociedade e do Poder Público. Há alguns anos é notória a profundidade com que vem se moldando e se fortalecendo enquanto um direito à população. No entanto, as controvérsias existentes durante essa caminhada levam a reflexões quanto aos efeitos do neoliberalismo sobre a política pública de educação demonstrando que apesar dos avanços visualizados, ainda há uma onda conservadora e mercadológica muito forte e que promove uma “pseudo” democratização do acesso, permanência e êxito.

Na educação profissional e tecnológica, a velha dualidade de formação para o letramento e formação para mão-de-obra do chão de fábrica ainda é uma realidade, um pouco velada, mas ainda existente. Para essa desconstrução, conforme apontam Silva e Pacheco (2022), o Projeto Político Pedagógico idealizado para os IF foi orientado para a formação de uma rede de instituições revolucionárias, com uma atuação inovadora e ousada na renovação de padrões estabelecidos e no alcance de novos horizontes em ensino, pesquisa e extensão nos campos da formação profissional e do desenvolvimento científico e tecnológico, intensificando o compromisso com a formação humana integral e com o fortalecimento de um Estado democrático e soberano, voltado à garantia dos direitos fundamentais e de vida digna a todos.

Diante disso, esse artigo se propõe a analisar os avanços e retrocessos à educação em meio à expansão do neoliberalismo. Para tanto dividiu-se em duas seções, a primeira intitulada Política pública de educação: o que a história do Brasil colonial nos conta, onde faz um breve resgate da chegada dos portugueses, catequização e “domesticação” dos indígenas que habitavam essa terra. A segunda seção, intitulada a Educação no Brasil: avanços e retrocessos sob a influência neoliberal, apresenta um pouco do que é o neoliberalismo e de que forma tem se apresentado, especialmente, quanto à política pública de educação, enfatizando o golpe de 2016 e os governos que o sucederam como defensores exímios do liberalismo econômico.

Posteriormente é apresentada a metodologia empregada para este artigo, tratando-se de uma pesquisa qualitativa (Minayo, 2016), com o uso de dados bibliográficos, analisados à luz da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Em seguida, são apresentados alguns resultados da pesquisa e as considerações da autora quanto à temática desenvolvida.

POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: O QUE A HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL NOS CONTA

Em sua composição histórica, a educação no Brasil remete ao seu próprio processo de colonização. A “descoberta” dessas terras pelos portugueses, seguida da catequização dos povos indígenas que habitavam esse lugar, já sinalizam para uma doutrinação nada libertadora e com uma pseudo preparação para a exploração da força de trabalho e tomada de terras e riquezas deste país. Essa história não ocorreu de maneira linear e tão pouco foi consistente, haja vista a negligência com que a educação foi tratada ao longo de séculos e a retomada, ainda tímida, de discussões, no século XIX.

De acordo com Silva e Amorim (2017), o processo de colonização do território brasileiro empreendido pela Coroa portuguesa buscou a manutenção do monopólio das possessões no além-mar. Sem qualquer pretensão de romantizar, o questionamento que se faz é o que mudou ao longo desses séculos? O plano de fundo foi alterado, mas algumas questões ainda permanecem na atualidade. Silva e Amorim (2017) apontam que a relação entre a Coroa portuguesa e a Igreja Católica, nesse contexto, contribuiu para a presença de ordens religiosas no Brasil. Nesse viés de conversão dos nativos ao catolicismo, ganhou destaque a atuação dos jesuítas.

Para Olinda (2003), a fim de melhorar a compreensão quanto ao sistema educacional dessa época é importante dividir o período colonial em duas fases:

- **1º fase (1549-1759):** da implementação do ensino religioso a expulsão dos jesuítas;
- **2º fase (1759-1808):** período pombalino/transferência da Família Real para o Rio de Janeiro.

A educação ministrada pelos jesuítas na primeira fase trouxe várias contribuições que marcaram a própria cultura do Brasil. Eles são apontados como os primeiros educadores brasileiros, sendo responsáveis pela sistematização e organização educacional, “fundando as suas residências e os seus centros de ação para a conquista e o domínio das almas “perdidas” – instrumento de domínio espiritual e propagação da cultura europeia”. (Silva; Amorim, 2017). Ao passo que o processo de colonização se ampliava, os jesuítas também expandiam seus domínios nas aldeias, levando educação religiosa aos ditos gentis.

Eles tinham a missão de catequizar os povos nativos e propagar a fé cristã no novo território do reinado português. Na época, a educação era restrita às crianças do sexo masculino, e por quase dois séculos, os padres jesuítas ensinaram aos povos locais como contar, ler e escrever, sendo responsáveis pelos primeiros colégios do país. (História do Mundo, 2010). Nessa época, não tão diferente dos dias atuais, os métodos e programas de ensino se diferenciavam de acordo com o público e nem todas as pessoas tinham acesso ao letramento. Conforme aponta Olinda (2003), a segregação racial era uma constante, assim como a propagação da fé católica.

Os jesuítas implementaram duas categorias de ensino no Brasil: a instrução simples primária, as escolas de primeiras letras para os filhos de portugueses e dos índios; e a educação média, colégios destinados aos meninos brancos que formavam mestres em artes / bacharéis em Letras. Essa organização vai determinar os graus de acesso às letras, a uns mais, a outras menos. Nota-se, porém, que em todas as escolas era proibida a frequência de crianças negras, mesmo livres, até pelo menos o final da primeira metade do século. (Olinda, 2003, p.156)

A fé e a obediência se tornaram mecanismos de ampliação do poder dos jesuítas, onde para garantir a conversão dos povos indígenas, utilizavam-se de todos os artifícios, seja por meio do canto, seja por meio das danças. No fundo, não era apenas um processo de catequização, mas de propagação da “mesma fé, a mesma língua e os mesmos costumes. A cultura indígena, não somente a língua, foi lentamente sendo substituída por um outro tipo de cultura, de acordo com o modelo jesuítico”. (Olinda, 2003, p. 156)

O domínio da Companhia de Jesus, liderada pelo padre Manoel da Nobrega, foram os precursores da educação escolar no Brasil a partir do ano de 1549. Com o Plano de Estudos *Ratio Studiorum* ensinavam aos descendentes da elite colonizadora. Os jesuítas foram os responsáveis pela criação de vários colégios e seminários, e sua hegemonia se manteve durante duzentos e dez anos, quando foram expulsos do Brasil em 1759, pelo Marquês de Pombal.

Este tipo de educação em muito se adequava ao momento e sobreviveu todo o período colonial, imperial e republicano, sem sofrer modificações estruturais em suas bases. Tanta foi a influência jesuítica, que, no período colonial media-se a posição social do indivíduo pela quantidade de terras, número de escravos e títulos que o indivíduo recebera dos colégios católicos. Em tese, este

tipo de educação sobreviveu e permaneceu, porque reforçava o sistema sócio-político e econômico da época (História do Mundo, 2010).

EDUCAÇÃO NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS SOB A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL

Este tópico é dedicado a tecer algumas considerações acerca do neoliberalismo e a sua influência na política de educação do Brasil elencando alguns avanços e retrocessos. Com o avanço do modo capitalista de produção, a globalização e a ofensiva neoliberal, o cenário que se apresenta é de uma intensa mercantilização da educação. A valorização do privado em detrimento do público escancara um discurso de desqualificação deste último, relegando-o ao oneroso, desorganizado e sem resultados.

O neoliberalismo enquanto um conjunto de receitas e programas políticos teve sua gênese entre as décadas de 40 e 70. Para ser mais exato, na década de 40 ele foi gestado e nos anos 70 começou a ser colocado em prática, coincidindo com uma recessão capitalista oriunda de uma crise do petróleo. (Therborn, 1996). Esse modelo econômico teve seus períodos de auge nas décadas de 50 e 60 e nesse período não existiam motivos palpáveis quanto aos avisos dos neoliberais no que diz respeito à regulação de mercado a ser realizada pelo Estado. (Anderson, 1996).

Com a recessão ocasionada pela crise do petróleo em meados de 1973, os índices de inflação e a estagnação econômica fizeram com que a ideologia neoliberal ganhasse espaço. Na época, haviam aqueles que imputavam o momento de crise ao movimento operário, alegando que as pressões sobre o Estado na busca pelos mínimos sociais fizeram com que a alocação de recursos desarticulasse os níveis de lucros das empresas, contribuindo para as suas quedas. Nesse viés, ganha impulso os pensamentos neoliberais, especialmente aqueles voltados para a contenção dos sindicatos como um mecanismo de fortalecimento do Estado, a redução com gastos sociais e intervenções na economia. (Basso; Neto, 2014)

Ao se referir à redução de gastos com o bem-estar social, o alinhamento dos governos ao neoliberalismo está inclinado a reduzir investimentos na saúde, educação, moradia, dentre outros. Tudo isso corrobora para a ampliação das desigualdades sociais e conseqüente submissão das pessoas ao capital. Isso porque com as altas taxas de desemprego e falta de amparo por parte do Estado

há uma maior tendência dos trabalhadores se sujeitarem a condições degradantes de trabalho e se desarticularem em prol da manutenção de sua subsistência e de sua família. Conforme aponta Lima et. al (2021.p.03),

Nesse modelo, o intervencionismo e a teoria keynesiana são relegados em nome do estado mínimo. Na prática, isso representou o fim de um ideal de investimento em políticas públicas e garantia de direitos sociais. Em nome de uma liberdade de mercado que, em tese, regularia a economia e traria benefícios individuais e coletivos, foi posta em prática ações para quebrar a força dos trabalhadores, afrouxando direitos trabalhistas e enfraquecendo os sindicatos. Além disso, para garantir o livre-mercado, o Estado era desmontado em privatizações com a mercantilização de tudo que poderia ser comercializado. (Lima et.al,2021, p.03)

A princípio, os brasileiros não visualizaram o neoliberalismo como algo maléfico ou que poderia restringir direitos. Conforme apontam Basso e Neto (2014),

Em um primeiro momento, o povo brasileiro não viu o neoliberalismo como ameaça, até mesmo porque estava sob a égide do governo militar que tinha o Estado como sua maior arma de controle social, contudo, o autoritarismo militar mascarava os traços liberais dos governantes. No governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) já se viam os reflexos do neoliberalismo pelas más condições de serviços públicos como a saúde, educação e a desigualdade na distribuição de renda. Diante desta situação, a população viu em Collor e em seus desperdícios orçamentários a causa das mazelas sociais, e, sua derrubada foi a maneira encontrada para demonstrar o descontentamento popular e a busca por mudanças. Porém, este ato popular não foi suficiente para conter o avanço do neoliberalismo, que já havia tomado conta da América Latina. (Basso; Neto, 2014, p.03)

Em tese, o neoliberalismo visa o lucro e o crescimento econômico acima de tudo. E esse crescimento nem sempre está atrelado a algum tipo de melhoria para a população, especialmente no que diz respeito a distribuição de renda, haja vista que a concentração de renda e a exclusão social são pontos altos do (neo) liberalismo. Nesse viés, é importante destacar que os retrocessos são maiores que os avanços em meio ao neoliberalismo econômico sob a política de educação no Brasil.

Aqui foi eleito como recorte temporal o ano de 2016, marcado pelo golpe que retirou a presidenta Dilma Rousseff e consolidou ainda mais o neoliberalismo.

lismo nas mãos dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro. Em nome de um conservadorismo barato, de um patriotismo – à avessas- e um autoritarismo cristão, se reúnem para fortalecer um modelo de sociedade baseado no mercado, na concorrência e na rivalidade entre os sujeitos. Esse modelo é velozmente colocado nas escolas, no processo de formação dos indivíduos. Nesse viés de retrocessos tem-se o aumento das instituições privadas de ensino, numa tentativa nítida de desqualificar a educação pública, inclusive promovendo o seu sucateamento. Além disso, o cumprimento de metas pelas escolas e responsabilização dos indivíduos, selecionando apenas os melhores.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa (Minayo, 2016) onde os dados foram obtidos a partir da pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de artigos científicos e referências bibliográficas sobre a temática em questão, utilizando-se de acervos próprios da pesquisadora e de bibliotecas digitais, além de períodos especializados.

Os dados obtidos foram analisados à luz da Análise de Conteúdo (AC), que pode ser compreendida como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (Bardin, 2016, p. 15), cujo objetivo é explorar os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos participantes de estudos qualitativos, e também quantitativos, a respeito de um tema, problema e/ou fenômeno, a partir da sistematização rigorosa e estruturada de

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 46).

De acordo com Bardin (2016), a Análise de Conteúdo é composta por três fases: a pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados e interpretação. Essas fases apresentam intersecções e cabe ao pesquisador comprometer-se com a realização de cada fase com rigorosidade para não comprometer a fase seguinte, visto que há interdependência entre elas, ou seja, é preciso respeitar a ordem das fases, não sendo possível realizar, por exemplo,

as inferências e a interpretação sem antes realizar a pré-análise e a exploração do material. A falta de rigor e observância da sequência das fases propostas por Bardin incorrem no risco de comprometer a análise e as considerações tecidas. (Valle e Ferreira, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos materiais tem-se como resultados que o sistema capitalista e o neoliberalismo econômico norteiam-se pelos lucros e sucateamento daquilo que é público. Além disso, o individualismo e a concorrência entre as pessoas é algo fomentado tanto no ambiente escolar quanto na vida em sociedade. O mercado como regulador das relações e a redução dos direitos sociais aumenta a meritocracia e as desigualdades sociais, haja vista que as oportunidades não são as mesmas para todos os cidadãos.

Na educação profissional e tecnológica ainda perdura a dualidade de preparo dos filhos da classe trabalhadora para serem mão-de-obra e dos demais cursos para os filhos das classes favorecidas da sociedade. Importante destacar que por mais que essa visão venha sendo desconstruída ao longo dos tempos, ainda é algo muito presente, inclusive verbalizada por profissionais mais antigos desses Ifs. Atualmente, fala-se na continuidade de expansão da rede, no entanto as que já encontram-se em operação passam por muitas dificuldades para manterem suas portas abertas. Nesse viés, é complexo falar em avanços positivos na educação por meio do neoliberalismo, sendo o contrário, os retrocessos, inúmeros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas reflexões trazidas neste artigo, percebe-se que entra governo, sai governo, e as mesmas mazelas continuam. A falta de compromisso com a educação, saúde demais políticas públicas de amparo ao cidadão levam o Brasil às mais profundas amarguras. Com o neoliberalismo, que tem ganhado amplitude desde o golpe ocorrido em 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, assistimos a uma série de desmontes de direitos sociais e avanço da iniciativa privada.

Quando analisado o processo de colonização do Brasil, percebe-se que o fato de ser colônia de exploração também explica muita coisa do presente. A

defesa de parte da população à intervenção militar e a volta do Ato Institucional nº5, demonstra o quanto ainda há resquícios da dominação ideológica e subalterna com que parte da população parece acreditar ser a melhor opção. Ter lideranças que apregoam que a ordem e o progresso só podem existir por meio da força, das armas e do conservadorismo, poucas vezes enxergando que o que de fato liberta é a educação.

Quanto à educação profissional e tecnológica, apesar de sua expansão por meio dos Institutos Federais, ainda lida com a velha e conhecida dicotomia de formação de mão-de-obra, sendo destinada aos filhos da classe trabalhadora. Que essa seja uma de suas finalidades, é uma assertiva, mas não somente isso. Esse alunado recebe formação de qualidade para galgar continuidade e êxito em seu crescimento acadêmico, sendo inseridos em cursos superiores em Instituições Públicas também, podendo almejar cursos, antes destinados apenas às elites da sociedade.

Dessa forma, são tempos nebulosos para a educação, com ataques recorrentes e destrutivos com contrarreformas e fortalecimento do conservadorismo, que atinge seu ápice no recente governo Bolsonaro. As Instituições Públicas de Ensino são colocadas em xeque a todo momento e são vendidas para a sociedade com um discurso distorcido, onde valoriza o privado em detrimento do público. Enquanto à expansão neoliberal toma espaços, uma educação realmente libertadora vai ficando cada vez mais distante.

REFERÊNCIAS

A história da educação no Brasil em fatos e datas.2010. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/a-historia-da-educacao-no-brasil-em-fatos-e-datas.htm>. Acesso em 22 out de 2024.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo.** In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1996, p. 9-23;

ARAÚJO PIMENTEL LIMA, J. P. .; MELO DE OLIVEIRA, R.; FERREIRA CHAGAS, E. Avanço neoliberal: retrocesso na educação: Neoliberal Neoliberal advancement: background in education . **Revista Cocar**, [S. l.], v. 15, n. 32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4248>. Acesso em: 26 out. 2024;

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016;

BASSO, Jaqueline Daniela; NETO, Dr. Luiz Bezerra. AS INFLUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí-GO., v. 10, n. 1, 2014. DOI: 10.5216/rir.v1i16.29044. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/29044>. Acesso em: 26 out. 2024;

LIMA, João Paulo Araújo Pimentel. OLIVEIRA, Rayssa Melo de. CHAGAS, Eduardo Ferreira. Avanço Neoliberal: retrocesso na educação. **Revista Cocar**. V.15 N.32/2021 p.1-22. Disponível em: <file:///C:/Users/%C3%89rica/Downloads/Avan%C3%A7o+neoliberal+retrocesso+na+educa%C3%A7%C3%A3o-1.pdf>. Acesso em: 21 out de 2024;

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016;

OLINDA, Sílvia Rita Magalhães de. A educação no Brasil no período colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.29, p.153-162, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/8702/7243>. Acesso em: 22 out de 2024;

PACHECO, Eliezer; FIORUCCI, Rodolfo (Orgs). **15 anos dos Institutos Federais: história, política e desafios**. – Foz do Iguaçu : Parque Itaipu, 2023;

Silva, Gleidson & Amorim, Simone. (2017). Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 185-196, out./dez. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320039837_Apontamentos_sobre_a_educacao_no_Brasil_Colonial_1549-1759. Acesso em 24 out. de 2024; ISSN: 2358-8829

THERBORN, Göran. **A trama do Neoliberalismo: Mercado, crise e exclusão social**. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 139- 180;

Valle, Paulo Roberto Dalla; Ferreira, Jacques de Lima. Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **SciELO Preprints**, 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/%C3%89rica/Downloads/Artigo+Final-1.pdf>. Acesso em: 22 out de 2024